



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de divisórias em vidro temperado e estrutura em alumínio no edifício sede do Tribunal de Contas da União, Seção de Controle Externo de Santa Catarina – TCU/Secex-SC, localizado à Rua São Francisco, 234, Centro, Florianópolis/SC

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

O imóvel que atualmente abriga o TCU/Secex-SC será compartilhado com o TRESC, sendo o 1º pavimento do edifício localizado à Rua São Francisco, 234, no Centro de Florianópolis, destinado àquela instituição. Com o objetivo de criar uma área exclusiva para a Secex-SC, serão instaladas divisórias em vidro temperado no hall, seguindo as diretrizes do projeto desenvolvido pelo Setor de Engenharia do TCU, fornecido ao TRESC.

2.2. Objetivos e Benefícios

A aquisição e instalação de divisórias atende à necessidade de isolamento da área a ser ocupada pela Secex-SC, garantindo segurança e privacidade aos ambientes de trabalho. A definição por divisórias e porta em vidro foi feita pela equipe de engenharia do TCU e mantém a linguagem estética do local onde serão instaladas, além de permitirem a entrada de luz ao ambiente do hall da escadaria e elevador, onde funcionará a recepção da Secex-SC.

Espera-se que as divisórias em vidro contribuam para garantir a segurança e a privacidade dos ambientes de trabalho na Secex-SC, mantendo a linguagem estética da edificação e a iluminação natural para a área da recepção da unidade. Espera-se, ainda, que as divisórias sejam resistentes, tenham firme fixação e bom acabamento e que a porta dupla funcione perfeitamente.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none">OEPI2: Aperfeiçoamento da Governança e da Gestão Institucional.<ul style="list-style-type: none">Desempenho da gestão das contratações.
PLS	<ul style="list-style-type: none">Plano de Ação 13: Reformas e Layouts<ul style="list-style-type: none">Manter as instalações dos imóveis sempre em boas condições.
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none">Garantir infraestrutura e logística adequadas para a prestação de serviços à sociedade.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado estudo técnico preliminar, disponível no PAE n. 27.851/2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Divisória fixa em vidro temperado 10mm e estrutura em alumínio anodizado, com acabamento natural fosco.	27,50 m ²	27,50 m ²
2	Porta em vidro temperado 10mm em folha dupla de abrir, com molas hidráulicas de piso, ferragens completas e puxadores (em aço inox escovado).	1 conjunto (5,40 m ²)	1 conjunto (5,40 m ²)

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Características do objeto:

Id.	Características
1	Vedações em vidro temperado liso, incolor, de 10mm de espessura.
2	Estruturação do sistema de divisória em alumínio anodizado, com acabamento natural fosco.
3	Vedações (bandas acústicas) nos encontros entre as placas de vidro e nos encontros entre a estrutura de alumínio e seus pontos de contato (piso, parede, teto/forro).
4	Porta com duas folhas de abrir, com molas hidráulicas de piso (uma por folha de porta), com ferragens e puxadores em aço inox escovado.

Composição do objeto a ser contratado:

Id.	Bem / Serviço
1	Divisória em vidro temperado, liso, incolor, lapidado e polido com espessura igual a 10 mm (dez milímetros), que atenda às normas técnicas NBR 14698:2001 – Vidro temperado e NBR 15.141:2008 – Móveis para escritório: divisória modular tipo piso-teto.
2	Estrutura em sua totalidade em alumínio extrudado de primeira qualidade, anodizado, com acabamento fosco natural, conforme especificações abaixo: <ul style="list-style-type: none">○ Guias de piso e teto: estrutura em perfil de alumínio anodizado fosco natural, de seção em “U”, com dimensões aproximadas de 25mm X 10mm, e parede 1,20mm de espessura, fixadas por meio de buchas e parafusos no piso e no teto, com calço com a finalidade de encaixar os vidros de 10mm e dar perfeito acabamento.○ Conectores de parede: estrutura em perfil de alumínio anodizado fosco natural, de seção em “U”, com dimensões aproximadas de 25mm x 10mm, e parede 1,20mm de espessura, fixados por meio de buchas e parafusos na parede, com a finalidade de iniciar uma parede de divisória em vidro de 10mm.○ A junção entre os vidros deverá ser feita com perfil de policarbonato com fita autocolante ou silicone acético transparente.○ Vedações (bandas acústicas) nos encontros entre a estrutura de alumínio e seus pontos de contato (piso, parede, teto/forro).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Atenção: o local de instalação das divisórias possui parte do forro em gesso acartonado e, parte, em forro metálico.
3	Porta com folha dupla pivotante em vidro temperado 10mm. Dobradiças inferior e superior pivotantes de encaixe no vidro, fechadura SM1050E, todas as ferragens em aço inox escovado. Mola de piso BTS 75V com trava a 0° e 90°, para receber vidro de 10mm e puxador de comprimento igual a 1200mm, em aço inox escovado, conforme o projeto.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Recomenda-se que esta contratação seja licitada e adjudicada globalmente, devido a peculiaridades existentes nos sistemas de vedação em vidro de cada fornecedor específico, tais como: tipo de estruturação com perfis em alumínio; vedações entre placas de vidro; rigidez e segurança do sistema completo; instalação de porta dupla de abrir, com molas hidráulicas de piso.

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer os materiais e serviços nas condições estipuladas pelo TRESC.

Item	Critérios de Habilitação
1	Os serviços de instalação de divisórias em vidro deverão ser acompanhados por profissional responsável, com registro de ART ou RRT, conforme o Conselho a que estiver cadastrado (CREA ou CAU).
2	Possuir certidão de regularidade com a Receita Federal do Brasil, com o FGTS e com Débitos Trabalhistas.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Para a habilitação do(s) fornecedor(es) deverão ser observados os seguintes critérios:

Id.	Critério de Habilitação Técnica
1	Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao respectivo Conselho de Classe, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
2	Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional legalmente habilitado, detentor de CAT(s) e/ou ART(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico: a) O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no conselho de classe pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação (fornecimento e instalação de divisórias em vidro); b) O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.
3	Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação – fornecimento e instalação de divisórias em vidro).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Considerando que se trata de objeto comum, sugere-se que a modalidade de licitação a ser adotada seja o Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Os materiais utilizados no serviço são inteiramente recicláveis e sua instalação implica em somente ruído e poeira. Atentar para questões logísticas listadas no quadro apresentado a seguir.

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não se aplica
Infraestrutura Elétrica	Será disponibilizada energia elétrica para a instalação das divisórias.
Logística de Implantação	Os serviços deverão ser realizados preferencialmente no turno matutino, de forma a não interferirem na rotina de trabalho da unidade.
Espaço Físico	Não se aplica. A área está desobstruída e preparada para receber as divisórias. Será necessário cortar o piso com equipamento apropriado para a instalação das molas hidráulicas. O teto é em forro de gesso acartonado e/ou forro mineral.
Mobiliário	Não se aplica.
Impacto Ambiental	Os serviços de instalação das divisórias deverão gerar pouco pó e ruído.

2.13. Conformidade Técnica

Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, legislações vigentes e normas ABNT e/ou internacionais, no que couber.

- NBR 9050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- NBR 15.141:2008 – Móveis para escritório: divisória modular tipo piso-teto.
- ABNT NBR 14698:2001 – Vidro temperado.
- ABNT NBR 4232:2012 – Alumínio e suas ligas: Tratamento de superfície – Anodização para bens de consumo.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.14. Obrigações da Proponente

Recomenda-se à(s) empresa(s) proponente(s) realizar(em) visita técnica no local onde será prestado o serviço.

Caso a(s) empresa(s) opte(m) pela realização de visita técnica, esta deverá ser:

- previamente agendada com a Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, das 13 às 18 horas, através do email cis-sea@tre-sc.jus.br;
- realizada pelo representante indicado pela empresa; e,
- acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento do local da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.15. Obrigações da Contratante

- a) Autorizar o início dos serviços.
- b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa contratada, a partir da aprovação pelo contratante.
- c) Promover, através de seus representantes, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- d) Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- e) Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- f) Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.16. Obrigações da Contratada

- a) Visitar o local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- b) Tomar as seguintes providências em até 10 (dez) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:
 - b.1) Apresentar, na forma da lei, seguro coletivo contra acidentes de trabalho, com validade para todo o período de execução do serviço, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis nº 8.212, de 24/07/1991 e nº 8.213, de 24/07/1991.
 - b.2) Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura (SEA) a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, devidamente registrada no respectivo Conselho de Classe, de execução dos serviços contratados.
 - b.3) Fornecer a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.
 - b.4) Apresentar o certificado de conclusão do curso de treinamento na NR-35 dos funcionários, dentro do prazo de validade, assim como o respectivo Atestado de Saúde



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Ocupacional (ASO), em que esteja consignada a aptidão para o trabalho em altura para todos os funcionários que forem executar trabalho em altura.

- c) Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.
- d) Privilegiar o emprego de mão de obra, materiais e matérias primas locais para a execução dos serviços.
- e) Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- f) Responsabilizar-se pelos serviços durante sua execução e até sua entrega ao TRESA.
- g) Caberá à CONTRATADA a integral responsabilidade pela guarda de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.
- h) Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando, para a remoção dos resíduos, o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental.
- i) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRESA.
- j) Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- k) Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.
- l) Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e os seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e com Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), para que não haja risco de paralisação dos serviços.
- m) Manter no local de prestação dos serviços a Ficha de Registro de todos os empregados, contendo nome, RG e função.
- n) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- o) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- p) Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de Fiscalização do TRESA.
- q) Fornecer, sempre que solicitado pelo TRESA, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.
- r) Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESA nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.
- s) Reforçar a equipe de operários se ficar constatada sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- t) Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Referido no item 2.7.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

A empresa licitante deverá indicar, no momento da licitação, a marca e a especificação completa dos seguintes produtos que serão utilizados na execução do contrato:

- Vidro temperado liso, incolor (esp. = 10mm). Referência: Blindex ou similar.
- Silicone acético 732 para uso geral, transparente. Referência: Dow Corning ou similar.
- Mola hidráulica de piso para portas de até 180kg e largura de 1250mm. Referência: Mola hidráulica de piso BTS 75R, da Dorma ou similar.
- Ferragens para portas em vidro temperado em aço inox escovado (conjunto completo). Referência: conjunto de ferragens Linha SM, da Dorma ou similar.
- Puxador tubular para portas em vidro temperado, diâmetro 1", duplo, em aço inox 304, acabamento escovado, 1200mm de comprimento. Referência: Puxador código 46, da Puxadoresonline ou similar.

ATENÇÃO: A(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

3.1.2. Códigos SIASG

150482.

3.1.3. Vigência

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pela unidade responsável.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, 19 de julho de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

VALÉRIA LUZ LOSSO FISCHER
Integrante Demandante

PALMYRA FARINAZZO REIS REPETTE
Integrante Técnico

GERALDO LUIZ SAVI JR.
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

1.1.1 Seção de Engenharia e Arquitetura – SEA

- Após o recebimento e aprovação da documentação entregue pela Contratada, autorizar o início dos serviços.
- Esclarecer eventuais dúvidas por meio do e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br.

1.1.2 Contratada

- Agendar com a SEA visita ao local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais – presencial, a ser agendada pela SEA no local onde serão realizados os serviços.
- Comunicar à SEA data(s) e horário(s) de realização dos serviços com antecedência mínima de 3 (três) dias, pelo e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br, para acompanhamento.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser executados em até 20 (vinte) dias. A contagem do prazo para a execução iniciar-se-á a partir da data definida na autorização emitida pela SEA.

A autorização da SEA ficará condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações do licitante vencedor no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:

- a) Apresentar seguro coletivo contra acidentes de trabalho, com validade para todo o período de execução do serviço, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho.
- b) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, referente à execução do serviço objeto desta contratação, arcando com os custos necessários.
- c) Fornecer à SEA a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.
- d) Apresentar à SEA o certificado de conclusão do curso de treinamento na NR-35, dentro do prazo de validade, e o respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) em que esteja consignada a aptidão para o trabalho em altura para todos os funcionários que forem executar trabalho em altura.

A comunicação entre o TRESC e a CONTRATADA ocorrerá por meio do e-mail: cis-sea@tre-sc.jus.br. Qualquer dúvida técnica quanto ao projeto, especificação de materiais ou execução dos serviços deverá ser esclarecida junto à SEA/CIS/TRESC.

Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, ou outro horário a ser combinado com o Gestor do Contrato, sem prejuízo ao andamento das atividades nos locais das intervenções.

Os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos e feriados, desde que solicitados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devidamente justificados e aprovados pelo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Gestor do Contrato, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da proposta.

A CONTRATADA deve definir estratégia de trabalho que minimize inconvenientes aos usuários da edificação.

Os locais de carga e descarga dos materiais e de armazenamento provisório serão definidos em comum acordo entre a Contratada e o Gestor do Contrato.

A CONTRATADA deve providenciar a sinalização e o isolamento das áreas onde haverá armazenamento e movimentação de materiais.

Obriga-se a Contratada a fornecer as ferramentas, instrumentos, equipamentos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual (EPI) aos funcionários.

Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, das legislações municipal, estadual e federal vigentes e das normas técnicas da ABNT, no que couber.

Todas as medidas e cotas apresentadas em croqui são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

A Nota Fiscal/Fatura será emitida e entregue ao Gestor do Contrato após autorização de faturamento. O Gestor do Contrato somente atestará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela Contratada, todas as condições pactuadas.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto ao Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, pelo e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br.

O Gestor da Contratação terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESA.

A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 15 (quinze) dias, após a comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme art. 73, inc. I, "a", da Lei 8.666/93.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a CONTRATADA terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Além das exigências contidas no item 2.10.1 deste Projeto Básico, a equipe operacional deverá ser especializada nos serviços objeto desta contratação, com comprovação através de registro em Carteira de Trabalho ou contrato de serviço. Os funcionários devem estar aptos para executar trabalho em altura e deverão possuir treinamento na NR-35 – Proteção para trabalho em altura.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os fins do contido na letra "h" do rol acima listado, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo deste item, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 5%* (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10%* (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESC as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventual substituição de produto, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25%* (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

(*) Os percentuais de multa iguais a 5% (inexecução parcial), 10% (inexecução total) e 0,25% (diária) são decorrentes de recente entendimento do TCU por meio do Acórdão n. 2.274/2020 – Plenário.